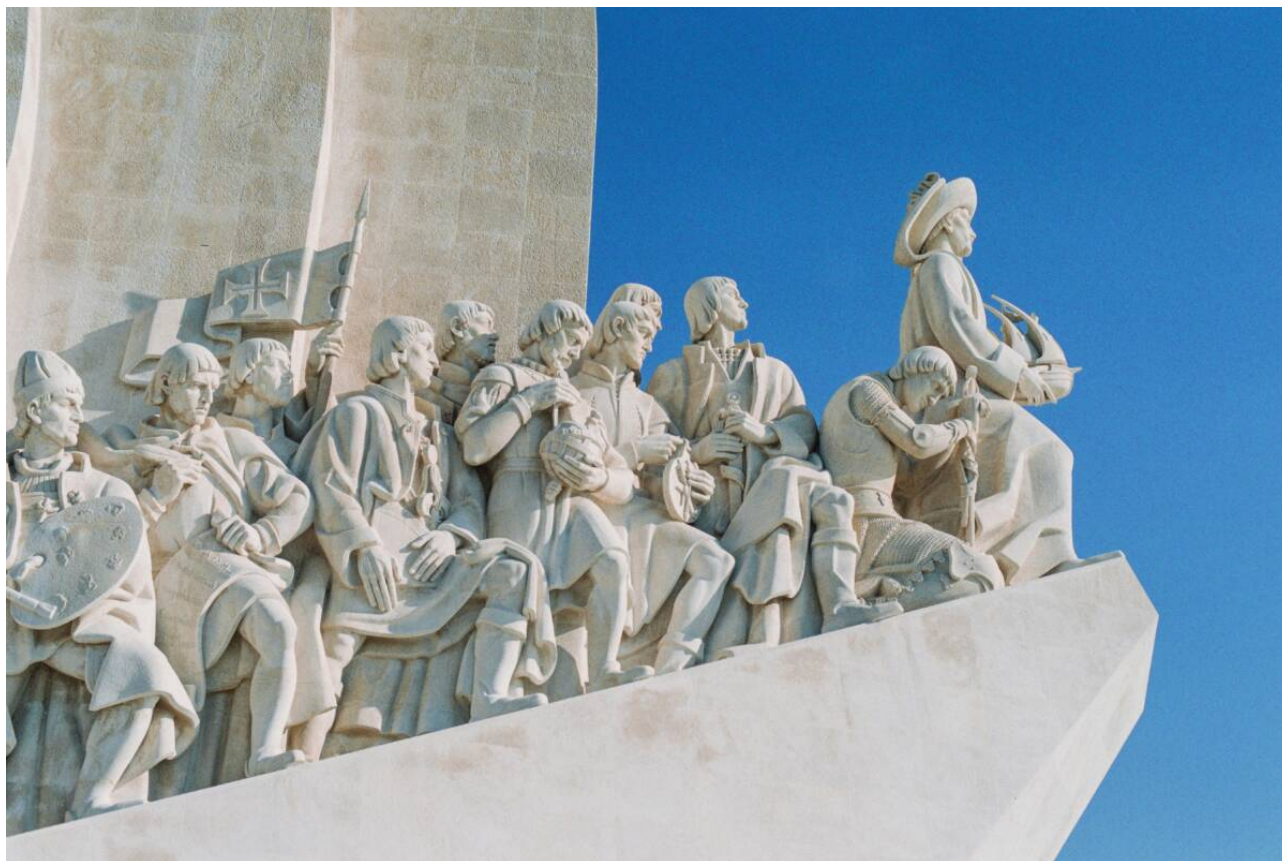


Autor: Jardim

Presidência, Emoção Política e Confiança Institucional: Análise do Debate Televisivo da Segunda Volta das Eleições Presidenciais Portuguesas de 2026



O debate televisivo da segunda volta das eleições presidenciais portuguesas, transmitido a 27 de janeiro de 2026 e protagonizado por António José Seguro e André Ventura, constituiu um momento central do processo democrático, não apenas enquanto confronto entre candidaturas, mas enquanto espaço privilegiado de produção de sentido político. Num contexto marcado por transformações profundas na comunicação política, pela intensificação da polarização afetiva e por níveis crescentes de desconfiança institucional, o debate assumiu relevância analítica enquanto objeto empírico para a compreensão das dinâmicas contemporâneas da democracia portuguesa.

Mais do que a apresentação de programas ou propostas concretas, o debate evidenciou diferentes conceções normativas sobre o papel da Presidência da República num regime semipresidencial. Como sublinha a literatura clássica sobre o semipresidencialismo, o Presidente ocupa uma posição singular no sistema político português, caracterizada por uma combinação de legitimidade eleitoral direta e poderes institucionais moderados, cuja eficácia depende largamente da sua capacidade de mediação, arbitragem e simbolização da unidade nacional (Elgie, 2018; Lijphart, 2012). A análise do debate permite, assim, observar

como estas concepções institucionais são reinterpretadas e comunicadas num ecossistema mediático fortemente orientado para a emoção, a personalização e a lógica da atenção.

Do ponto de vista metodológico, o presente artigo recorre a uma análise qualitativa do discurso político, centrada na observação sistemática das intervenções dos dois candidatos durante o debate televisivo de 27 de janeiro de 2026, articulada com a cobertura mediática subsequente e com a literatura em ciência política e comunicação política. A abordagem adotada é de natureza interpretativa, procurando identificar padrões discursivos, enquadramentos normativos e estratégias comunicacionais, sem pretensão de generalização estatística, mas com foco na compreensão aprofundada do fenómeno em análise.

No debate, António José Seguro apresentou uma visão da Presidência ancorada na moderação institucional, no respeito estrito pela Constituição e na valorização do equilíbrio entre poderes. O seu discurso privilegiou a previsibilidade, a estabilidade e a continuidade democrática, alinhando-se com uma concepção clássica do Presidente enquanto garante do regular funcionamento das instituições. Esta postura corresponde ao modelo de “poder moderador” amplamente descrito na literatura, segundo o qual a autoridade presidencial reside menos na intervenção direta e mais na capacidade de conter conflitos e preservar a confiança institucional (Elgie, 2018).

Contudo, a análise do debate sugere que esta estratégia discursiva enfrenta desafios comunicacionais num ambiente mediático marcado pela centralidade da emoção e pela crescente desafeição política. Estudos recentes sobre públicos afetivos indicam que discursos fortemente institucionalizados tendem a gerar menor mobilização emocional, sobretudo junto de segmentos do eleitorado que manifestam níveis elevados de desconfiança em relação às elites políticas tradicionais (Papacharissi, 2015; Wagner, 2023). Neste sentido, a intervenção de Seguro, embora coerente do ponto de vista normativo, revelou limitações na sua capacidade de responder às dimensões emocionais do mal-estar democrático contemporâneo.

Em contraste, André Ventura adotou um posicionamento discursivo assente na confrontação direta e na mobilização emocional. A sua intervenção estruturou-se em torno de uma narrativa de rutura com o sistema político vigente, enfatizando temas como corrupção, privilégio e falhas institucionais persistentes. Esta estratégia corresponde ao padrão descrito na literatura sobre populismo, que assenta na construção de uma clivagem moral entre “o povo” e “as elites”, mobilizando afetos como indignação e ressentimento para reforçar a identificação política (Moffitt, 2016; Mudde & Rovira Kaltwasser, 2018).

Importa salientar que a eficácia deste tipo de discurso está profundamente associada ao contexto estrutural em que emerge. Estudos recentes sobre confiança política em democracias europeias demonstram uma erosão continuada da confiança nas instituições representativas, associada a desigualdades socioeconómicas, perceções de injustiça e sensação de afastamento entre cidadãos e decisores políticos (Norris, 2022; Dalton, 2023). O discurso de Ventura encontra ressonância precisamente neste contexto, funcionando como veículo de expressão de um descontentamento que não se limita a uma rejeição de atores específicos, mas que incide sobre o próprio funcionamento do sistema político.

O debate de 27 de janeiro evidenciou, assim, uma clivagem que ultrapassa a tradicional dicotomia esquerda-direita, estruturando-se em torno de uma oposição entre confiança e desconfiança institucional. Enquanto Seguro representa uma aposta na continuidade, na autorregulação democrática e na mediação institucional, Ventura corporiza uma visão segundo a qual a neutralidade institucional é interpretada como inação ou cumplicidade com as falhas do sistema. Esta divergência ficou particularmente visível na discussão sobre o papel do Presidente em contextos de crise política e social.

Do ponto de vista normativo, esta tensão levanta questões centrais para a teoria democrática contemporânea. A personalização e a emocionalização do cargo presidencial podem reforçar a mobilização política no curto prazo, mas comportam riscos significativos para a estabilidade institucional e para a separação de poderes, especialmente em regimes semipresidenciais (Lijphart, 2012; Elgie, 2018). Por outro lado, a simples invocação das normas constitucionais revela-se insuficiente para responder a fraturas emocionais profundas e a sentimentos persistentes de exclusão política.

Neste sentido, o debate não deve ser avaliado apenas em termos de desempenho individual, mas enquanto expressão concentrada dos dilemas que atravessam a democracia portuguesa contemporânea. A sua relevância analítica reside na forma como tornou visíveis diferentes concepções de liderança, legitimidade e relação entre cidadãos e instituições. Ao fazê-lo, contribuiu para um processo de clarificação democrática, permitindo uma escolha eleitoral mais informada e consciente.

Em conclusão, o debate presidencial da segunda volta de 2026 não produziu respostas definitivas, mas expôs de forma clara os desafios centrais do exercício da Presidência da República num contexto de transformação democrática. A escolha entre uma liderança orientada para a contenção institucional e uma liderança baseada na confrontação emocional não é meramente estratégica, mas profundamente normativa, refletindo diferentes visões sobre o funcionamento da democracia. O mérito analítico do debate reside precisamente em ter colocado estas questões no centro do espaço público, tornando visível a tensão entre estabilidade institucional e mobilização afetiva que caracteriza as democracias contemporâneas.

Referências Bibliográficas

Chadwick, A. (2017). *The hybrid media system: Politics and power* (2nd ed.). Oxford University Press.

Dalton, R. J. (2023). *Citizenship norms and the expansion of political participation*. *Political Studies Review*, 21(3), 390–404. <https://doi.org/10.1177/14789299221135678>

Elgie, R. (2018). *Semi-presidentialism: Sub-types and democratic performance*. Oxford University Press.

Lijphart, A. (2012). *Patterns of democracy: Government forms and performance in thirty-six countries* (2nd ed.). Yale University Press.

Moffitt, B. (2016). *The global rise of populism: Performance, political style, and representation*. Stanford University Press.

Mudde, C., & Rovira Kaltwasser, C. (2018). *Populism: A very short introduction* (2nd ed.). Oxford University Press.

Norris, P. (2022). *In praise of skepticism: Trust but verify*. Oxford University Press.

Papacharissi, Z. (2015). *Affective publics: Sentiment, technology, and politics*. Oxford University Press.

Wagner, M. (2023). Emotional politics and affective polarization in Europe. *West European Politics*, 46(5), 889–910. <https://doi.org/10.1080/01402382.2023.2173456>

Data de Publicação: 30-01-2026